



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____
Folha: ____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 4 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2016.**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Plano de Pormenor – “Zona Industrial de Penamacor – Ampliação Sul”. -----
2. Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Meimoa. -----
3. Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Aldeia de João Pires. -----
4. Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Pedrógão de São Pedro. -----
5. Processo 54/2012 – Obra de construção de moradia unifamiliar – Validação de proposta de redução de taxas. -----
6. Processo 27/2015 – Obra de construção de moradia unifamiliar – Proposta de redução de taxas. -----
7. Processo 15/2015 – Obra de construção de moradia unifamiliar – Proposta de redução de taxas. -----
8. Renovação de Autorização Prévia para abertura de Procedimentos Concursais. -----
9. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O senhor vereador Pedro Miguel Naves Folgado não compareceu à reunião por motivos profissionais, considerando-se a falta justificada. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 8 de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar, sendo que nenhum deles exerceu esse direito. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – PLANO DE PORMENOR – “ZONA INDUSTRIAL DE PENAMACOR – AMPLIAÇÃO SUL”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – “RJIGT”, de acordo com sua última redação dada pelo Dec. Lei 80/2015 de 14 de maio tendo em conta o disposto no seu art.º 76º propõe-se a aprovação da presente proposta que determina a intenção de proceder à elaboração de um “Plano de Pormenor”; O Plano de Pormenor pretendido visa a ampliação da zona industrial de Penamacor a denominar “Zona Industrial de Penamacor – Ampliação Sul”. Com a referida deliberação poderá dar-se início ao procedimento de “elaboração” do plano nos termos definidos no RJIGT. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Propõe-se ainda que seja deliberado fixar em um ano e meio o prazo para elaboração do plano, conforme o n.º 1 do art.º 76º do RJIGT. O procedimento de elaboração terá que ser publicitado de seguida nos termos do art.º 5º e n.º 1 do art.º 76º do RJIGT. -----

Mais se propõe que, nos termos do nº 1 do artigo 76º do mesmo diploma, seja fixado em 20 dias o prazo para participação. -----

A área de intervenção do novo Plano de Pormenor está já delimitada no PDM em vigor como “unidade Operativa de Planeamento e Gestão” – U8; confirmando portanto a oportunidade da proposta que deriva de uma ação integrada na estratégia de desenvolvimento local determinada pelo PDM. A elaboração do presente Plano de Pormenor pretende ainda assegurar a compatibilidade com o anterior Plano de Pormenor da Zona Industrial potenciando a sua execução”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

2 – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE MEIMOA. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo presente o artigo 13º da Lei 32/2012, de 14 de agosto, no qual é referida a competência da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, proponho à Câmara Municipal que aprove proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Meimoa. Junta-se documento que faz parte da proposta”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE ALDEIA DE JOÃO PIRES. -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo presente o artigo 13º da Lei 32/2012, de 14 de agosto, no qual é referida a competência da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, proponho à Câmara Municipal que aprove proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Aldeia de João Pires (União de Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires). Junta-se documento que faz parte da proposta”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE PEDRÓGÃO DE SÃO PEDRO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo presente o artigo 13º da Lei 32/2012, de 14 de agosto, no qual é referida a competência da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, proponho à Câmara Municipal que aprove proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Pedrógão de São Pedro (União de Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta). Junta-se documento que faz parte da proposta”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – PROCESSO 54/2012 – OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR – VALIDAÇÃO DE PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TAXAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

“De acordo com os termos da informação 029/DO-OPPOT, tomando em conta o disposto no “Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação” (Reg. n.º 485/2010 – DR 2º série n.º 101 de 25 de Maio), ao abrigo do nº 7 do seu Artigo 96º, Capítulo VIII; conjugado com o “Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Penamacor”, (Reg. n.º 519/2010 – DR 2º série n.º 110 de 8 de Junho), nomeadamente no que para tal dispõe o seu art.º 9º e a nota 1, relativa à Secção III do Capítulo I da tabela de taxas anexa; considera-se viável atribuir a redução de taxas solicitada segundo o requerimento, (reg. de entrada n.º 1359 de 06/12/2012); validando a decisão já tomada em despacho datado de 12/12/2012 o qual carecia de aprovação em reunião de Câmara nos termos do disposto no “Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Penamacor”, conforme a Lei em vigor. -----

Desta forma ponderados todos os aspetos inerentes ao processo, considerando ainda terem já sido criadas expectativas que se apresentavam feridas de legitimidade uma vez que estava em falta a competente aprovação em reunião de Câmara; propõe-se a aprovação da redução de taxas no valor percentual de 50%, conforme decisão já proferida anteriormente, legitimando assim o pedido formulado por João Luís de Jesus Leal e Ana Filipa Manteigas na qualidade de requerentes do processo de obra n.º 54/2012. -----

As taxas objeto de redução são as que fazem parte do art.º 13º deste regulamento; podendo ainda posteriormente ser consideradas as que fazem parte dos artigos 15º e 16º para eventuais aditamentos ou averbamentos, referentes ao processo em curso”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – PROCESSO 27/2015 – OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR – PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TAXAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

“De acordo com os termos da informação 028/DO-OPPOT, tomando em conta o disposto no “Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação” (Reg. n.º 485/2010 – DR 2º série n.º 101 de 25 de Maio), ao abrigo do nº 7 do seu Artigo 96º, Capítulo VIII; conjugado com o “Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Penamacor”, (Reg. n.º 519/2010 – DR 2º série n.º 110 de 8 de Junho), nomeadamente no que para tal dispõe o seu art.º 9º e a nota 1, relativa à Secção III do Capítulo I da tabela de taxas anexa; considera-se viável atribuir a redução de taxas solicitada segundo o requerimento (reg. de entrada n.º 1518 de 2015/12/15), -----

Desta forma ponderados todos os aspetos inerentes ao processo, propõe-se para aprovação a redução de taxas no valor percentual de 50% a atribuir ao pedido formulado por Cecília Maria Antunes Costa na qualidade de requerente ao processo de obra n.º 27/2015. -----

As taxas objeto de redução são as que fazem parte do art.º 13º deste regulamento; podendo ainda posteriormente ser consideradas as que fazem parte dos artigos 15º e 16º para eventuais aditamentos ou averbamentos, referentes ao processo em curso”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7 – PROCESSO 15/2015 – OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR – PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TAXAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“De acordo com os termos da informação 030/DO-OPPOT, tomando em conta o disposto no “Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação” (Reg. n.º 485/2010 – DR 2º série n.º 101 de 25 de Maio), ao abrigo do nº 7 do seu Artigo 96º, Capítulo VIII; conjugado com o “Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Penamacor”, (Reg. n.º 519/2010 – DR 2º série n.º 110 de 8 de Junho), nomeadamente no que para tal dispõe o seu art.º 9º e a nota 1, relativa



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

à Secção III do Capítulo I da tabela de taxas anexa; considera-se viável atribuir a redução de taxas solicitada segundo o requerimento (reg. de entrada n.º 204 de 2015/02/19), -----

Desta forma ponderados todos os aspetos inerentes ao processo, propõe-se para aprovação a redução de taxas no valor percentual de 50% a atribuir ao pedido formulado por Nicolau de Campos na qualidade de requerente ao processo de obra n.º 15/2015. -----

As taxas objeto de redução são as que fazem parte do art.º 13º deste regulamento; podendo ainda posteriormente ser consideradas as que fazem parte dos artigos 15º e 16º para eventuais aditamentos ou averbamentos, referentes ao processo em curso”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

8 – RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“A Assembleia Municipal, na reunião ordinária de 20 de fevereiro de 2015, concedeu autorização prévia para a abertura do procedimento concursal, destinado ao recrutamento de técnicos superiores. -----

O n.º 3 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (OE 2015), diz que a homologação da lista de classificação final dos candidatos aos procedimentos concursais de recrutamento deve ocorrer no prazo de 6 meses, contados da data da deliberação da AM; -----

No dia 30 de setembro de 2015 a Assembleia Municipal deliberou, por proposta da Câmara datada de 30 de setembro de 2015, renovar a autorização então concedida. -----

Assim sendo, nos termos do disposto na alínea ccc) do art.º 33º da Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal, delibere



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

remeter à Assembleia Municipal novo pedido de renovação da Autorização Prévia para a Abertura de Procedimentos Concurrais, destinados à contratação de 5 técnicos superiores”. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção do senhor vereador Vítor Gabriel. -----

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

9 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 1.369.033,42 euro e uma despesa também acumulada de 905.146,14 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Dada a palavra ao público presente na reunião, ninguém quis fazer uso da mesma. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e trinta e cinco minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares

Ref.ª _____
Data: ____/____/____